



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 53

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 14 de fevereiro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Rogério Veiros) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se de imediato para a Agenda da Reunião.

- Continuação do debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X – “Cria o Regime de Integração Excecional dos Docentes Contratados nos quadros da Região Autónoma dos Açores, através de um concurso externo extraordinário, em 2014”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para o efeito, participaram no debate os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

No seguimento de uma das intervenções da Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), tendo a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*) procedido ao contra protesto.

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*) e Zuraída Soares (*BE*).

- **Projeto de Resolução n.º 38/X – “Intempéries - Apoio aos Municípios de Angra do Heroísmo, Nordeste e Povoação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Ventura, participaram no debate os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria, tendo posteriormente pedido a palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*) e António Ventura (*PSD*).

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 57/X – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que garantam o cumprimento, pelas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, empréstimo de manuais escolares”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Justificado o pedido de urgência pela Sra. Deputada Zuraída Soares, pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*) e Judite Parreira (*PSD*).

Colocado à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

- Pedido de Urgência e Dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 59/X – “Manutenção do Número de Ligações no Transporte Marítimo de Passageiros nas Ilhas do Triângulo Faial, Pico e São Jorge”,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentada a justificação para o pedido de urgência pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, participaram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa em comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*) e Francisco César (*PS*).

- Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de fevereiro, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 16 horas e 15 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 11 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Interrompemos os nossos trabalhos ontem no decorrer do debate do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X e a Mesa não tinha inscrições, pelo que pergunto se há inscrições para o debate.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tomo a palavra para pedir um esclarecimento ao Governo Regional ou, em sua substituição, aos partidos que subscrevem a proposta que agora estamos a apreciar, no sentido de sermos informados de quantos são os lugares que correspondem a necessidades permanentes no sistema educativo regional para efeitos da aplicação deste diploma.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário não ouviu! Perguntei quantos são os lugares que correspondem a necessidades permanentes no sistema educativo regional para efeitos da aplicação deste diploma?

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Já ontem tive a oportunidade de dizer, e vou repetir, que é incompreensível, inqualificável e hoje sou tentado a acrescentar mais algum adjetivo: de que estejamos a debater um diploma que tem uma importância absoluta para o sistema educativo regional, diria mesmo que tem uma importância nuclear no nosso sistema educativo regional e que façamos a discussão perante o silêncio do responsável do Governo por esta área.

Isto é, julgo eu, inédito em qualquer Parlamento e esse silêncio não dignifica nem o nosso Parlamento ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fala, fala, fala e não diz nada!

Deputado António Marinho (PSD): Quem não diz nada é o Governo!

O Orador: ... e muito menos um Governo que aqui tem de dar respostas. Está sob fiscalização dos representantes legítimos do povo dos Açores e a eles tem de prestar as devidas informações.

Mas a questão ainda é mais grave, Sra. Presidente, porque no dia 8 de janeiro o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura disse que o Governo

Regional estava a fazer o estudo e que mal o estudo estivesse concluído daria o Governo Regional nota pública das suas conclusões.

Perante o silêncio que continuamos a ter sobre esta matéria tenho que presumir uma de duas coisas: de que o estudo não está concluído e o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura tinha razão quando dizia na comissão que era prematuro e extemporâneo discutir este assunto; ou então de que faltou à verdade e que o estudo não existe, porque a existir o diploma, ou melhor, a existir o estudo, nós temos o direito a sermos informados de quantas são as necessidades permanentes no sistema educativo regional.

Deputados Jorge Macedo e António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Esta pergunta que o Sr. Deputado Joaquim Machado insiste em fazer não foi até aqui respondida porque o que estamos neste momento a discutir é um modelo para resolver um assunto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O dia 8 de janeiro também era e o senhor disse que era extemporâneo!

O Orador: É um modelo técnico, é um modelo político, que está a ser discutido de tal maneira que tivemos ontem uma discussão durante toda a tarde.

O Sr. Deputado pergunta ...

O estudo refere-se ao estudo que referi na comissão. Obviamente trata-se de um estudo interno que foi feito ao nível de todas as escolas, ao nível de todo o sistema e que permite identificar quais são (peço desculpa, porque estou um bocado constipado) as necessidades permanentes do sistema, ou seja, as necessidades resultantes da passagem à reforma de um conjunto de professores

(a passagem à reforma ou a passagem/mudança para outros quadros na sequência de processos concursais).

Quando o concurso for lançado ...

Neste momento está, como sabe, a decorrer um concurso que estava anunciado, que estava previsto na legislação que prevê o provimento de 34 vagas em 3 escolas novas.

Entretanto estão a ser apuradas as vagas que serão postas a concurso no próximo processo concursal em março e que fica dependente da decisão que for tomada aqui, nesta Assembleia, no processo que está neste momento a ser discutido.

Muito obrigado.

Deputada Judite Parreira (PSD): Ou seja, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ninguém sabe nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de DLR foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que a bizarria e a incoerência de todo este processo ocorrido ontem durante a parte da tarde dos nossos trabalhos invalida qualquer tentativa de procurar consensos ao mais baixo nível e sobretudo invalida a impossibilidade de eu, Deputada do Bloco de Esquerda, permanecer aqui a ver

um diploma que foi assinado pelo Bloco de Esquerda a ser completamente profanado e alterado no seu espírito e na sua letra pelas propostas de alteração do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Isso faz parte da democracia!

A Oradora: Nesse sentido, Sra. Presidente, comunico que vou abandonar a câmara.

Deputado José Ávila (PS): Respeite os votos dos açorianos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 10 horas e 40 minutos.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no debate e votação na especialidade.

(Eram 10 horas e 50 minutos)

Para o artigo 1.º temos uma proposta de alteração subscrita pelo Partido Socialista e pelo PCP. Vamos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Vou tentar que todos me ouçam.

Para este mesmo artigo 1.º entrou também uma proposta de alteração subscrita pelo PSD, cujo n.º 3 não fica prejudicado uma vez que é um aditamento, pelo que coloco agora à votação o n.º 3 da proposta de alteração ...

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para intervir.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Solicitava ao Grupo Parlamentar do PSD que pudesse fazer aqui algum esclarecimento sobre esta proposta que é apresentada ao artigo 1.º, portanto, o n.º 3, que acrescenta aqui o n.º 3, e que diz que “as vagas a submeter aos concursos referidos no número anterior devem ser distribuídas de forma equitativa.”

A Representação Parlamentar do PCP gostaria de compreender qual é o alcance desta proposta de alteração do PSD, até porque nos artigos seguintes está claramente explícito de onde é que resultam as vagas que vão ser submetidas a concurso.

Portanto, por uma questão de compreensão da forma equitativa... Tenho alguma dificuldade (enfim, é minha a dificuldade) de perceber exatamente o que é que isso significa e solicitava ao PSD que pudesse explicar-me, pelo menos à Representação Parlamentar do PCP que tem esta dificuldade de compreensão, o alcance dessa sua proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, devo confessar a estranheza da sua questão, porque a nossa proposta é muito clara.

A nossa proposta faz sentido e faria mais sentido se de facto o Sr. Deputado tivesse diligenciado, ou no mínimo estranhado, o silêncio do Governo relativamente àquilo que são as necessidades permanentes do sistema educativo regional, porque se nós estivéssemos em presença da quantificação daquilo que são efetivamente as necessidades permanentes do nosso sistema educativo regional já era muito fácil perceber o objetivo desta proposta.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não se pode quantificar dessa forma!

O Orador: O que esta proposta pretende é quantificar (e nós vamos ficar a aguardar pela publicação ou pela divulgação pública que o Sr. Secretário nos disse em Comissão de Assuntos Sociais daquelas que são as necessidades permanentes do sistema) e depois fazer a distribuição equitativa dessas vagas ao longo dos 3 anos que estão previstos aqui, neste Decreto Legislativo (dos 3 concursos), de modo a que se evite que estas condições de precaridade experimentadas por professores sucessivamente contratados não sejam derogadas no tempo, continuando a manter-se a injustiça que se verificou até hoje, passados 14 anos, sobre a diretiva da União Europeia, e que nós hoje aqui estamos finalmente a cumprir.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agradeço desde já a gentileza que teve em esclarecer a Representação Parlamentar do PCP, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o meu dever! Gentileza, não!

O Orador: ... mas Sr. Deputado Joaquim Machado, eu, essas questões, as questões que V. Exa. tem colocado ao Governo, o Governo dirá de sua justiça...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor é proponente!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor está satisfeito?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Calma! Calma!

O Orador: Posso continuar, Sr. Deputado?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Claro que sim!

O Orador: O que me parece, Sr. Deputado, é o seguinte: é que aqui não se trata da distribuição equitativa ao longo dos 3 anos; aquilo que se trata é de facto das necessidades do sistema ...

Deputado António Marinho (*PSD*): Que o senhor não conhece!

O Orador: ... e isso está consagrado nos artigos seguintes.

Esta equidade que V. Exa. pretende no contexto da discussão que estamos a ter, na opinião exclusivamente da Representação Parlamentar do PCP, não faz sentido.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E faz sentido não saber quais são as necessidades!

O Orador: Por parte da Representação Parlamentar do PCP não vai merecer o nosso apoio e agradeço a explicação que entretanto me foi dada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar esta proposta de aditamento de um n.º 3 ao artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 18 votos a favor do PSD.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 1.º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração subscrita pelo Partido Socialista e pelo PCP ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 2.º com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 3.º do Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 4.º, a proposta de alteração subscrita pelo Partido Socialista e pelo PCP ao artigo 4.º.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Tem muito pouco tempo, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Só para dizer que o PSD vai abster-se neste artigo, porque de facto aqui está a prova de que efetivamente fazia sentido a nossa proposta a requerer que este diploma baixasse à comissão.

Nós não dispomos de informação, nem fizemos a reflexão necessária para verificar das implicações que estes critérios de ordenamento dos candidatos vão fazer.

Fica aqui também esta nota: o Partido Socialista que há dois meses chumbou uma proposta do PPM, mantendo-se firme (o Partido Socialista) naquilo que são os atuais critérios de prioridades regionais nos concursos, apressa-se neste diploma a fazer uma alteração a essas mesmas prioridades.

Aqui está mais uma razão a fundamentar o nosso pedido de que este diploma devia efetivamente, numa atitude de responsabilidade, de estudo profundo desta matéria, ter baixado à comissão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, a estranheza é nossa relativamente ao não entendimento dessas ordenações, porque o Sr. Deputado Joaquim Machado acabou de dizer que estávamos aqui a discutir a notificação da Comissão Europeia ao Estado e não à região e essa alínea a) vem exatamente dar essa resposta.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Então se não é à região por que é que aqui está?

A Oradora: Todas as outras são as que já vigoram no regulamento normal de concurso de pessoal docente e esta é a única, que pela sua redação, dá resposta àquilo que foi a notificação, que são os professores que estão há 3 anos em situação de contratados, as vagas permanentes que existem nas escolas (a ordenação destes mesmos professores) e a entrada nesse concurso extraordinário, que se trata de enquadrar em quadros de escola os professores contratados nessa situação. É essa a alínea que dá resposta. As outras alíneas não são mais do que as que vigoram no regulamento normal do concurso de pessoal docente.

Dizer que isto foi o motivo que levou o requerimento para a baixar à comissão não é verdade.

É público nesta casa que para além das reuniões mantidas com os sindicatos durante as audições do diploma, foi público que os sindicatos reuniram durante essa semana com todas as forças parlamentares aqui presentes, com todos os partidos e não obstaculizaram nada relativamente a essas ordenações.

Portanto, a estranheza aqui é nossa: de como é que não compreendem e como é que acham que os sindicatos não foram atendidos, nem auscultados sobre essa matéria, quando é público que os dois sindicatos que foram ouvidos em

comissão estiveram reunidos com todos os grupos parlamentares que aqui estão e há sindicatos presentes nas galerias.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Agora já não é preciso comissões! Enterrem as comissões!

A Oradora: Portanto, tudo o que se poderia esperar...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Isso agora é uma modalidade nova!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, já ontem disse que é regimental...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Vou só dizer que de facto o diploma em análise esteve em audição pública. O diploma esteve em audição pública.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não foi isto!

A Oradora: Os sindicatos foram ouvidos em sede de comissão.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não foi isto que esteve!

A Oradora: Está no Regimento que, para além desse trabalho feito em comissão posterior à auscultação e durante o trabalho parlamentar, é regimental a proposta de alteração. Tanto é regimental que o próprio PSD apresentou propostas de alteração aqui hoje, a esta casa, a este diploma.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, tanto estamos a usar uma prerrogativa regimental que o próprio PSD apresentou a esta casa, aqui hoje, propostas de alteração a este diploma.

Se não fosse esse o entendimento do PSD, eles ter-se-iam absterido de qualquer alteração a introduzir a este diploma.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Claro!

A Oradora: Portanto, a estranheza é nossa ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Deputada, não se estique!

A Oradora: ... e o Regimento está a ser cumprido ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e a prova disso é que o próprio PSD contribuiu com propostas de alteração para o diploma em discussão.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, muito breve mesmo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para um protesto.

Presidente: Para um protesto em relação às afirmações da Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Tem a palavra. Três minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente para fazer um protesto se me é permitido, não porque tenha sido dirigido em termos pessoais ao Deputado Joaquim Machado, mas porque julgo que a intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado de algum modo vai em direção diferente daquilo que dispõe o nosso Regimento, porque o nosso Regimento dispõe que as audições se façam em sede de comissão e o que a Sra. Deputada Catarina Furtado acabou de defender aqui (e julgo que este Parlamento não pode admitir que assim aconteça) foi que sejam tomadas como audições as conversas que sejam mantidas entre os Deputados a título individual ou em representação dos seus grupos parlamentares com quem quer que seja, ...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sejam as instituições sindicatos, sejam instituições organizadas, sejam ou não cidadãos a título individual.

Portanto, nós não podemos admitir que isso aconteça.

Mas o protesto, Sra. Presidente, também é porque a Sra. Deputada Catarina Furtado quis colocar no PSD uma responsabilidade e um protagonismo que nós não tivemos.

O diploma que estive na comissão ...

Presidente: Sr. Deputado, é um protesto não é uma intervenção.

O Orador: Mas tenho que fundamentar o meu protesto, se me é permitido.

Presidente: Sim, mas consubstancie-o ao motivo do protesto.

O Orador: O artigo que esteve em discussão na comissão não foi este que o PS, mais a Representação Parlamentar do PCP, aqui trouxeram.

Deputado André Bradford (PS): A proposta que o PSD traz também não esteve em comissão!

O Orador: De facto, regimentalmente podemos fazer alterações e a proposta de alteração que o PSD faz é uma proposta regimental como é a vossa, mas tem uma grande diferença: é que a nossa não muda a substância daquilo que foi analisado pelos sindicatos e que esteve em discussão pública.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado pergunto se quer usar da palavra para um contra protesto.

Tem a palavra. Dispõe de 2 minutos.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não será um contra protesto, porque acho que não foi um protesto.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: É uma intervenção em réplica à intervenção do Sr. Deputado.

A verdade é que o Regimento prevê que as audições presenciais ou dos sindicatos sejam em comissão. Aconteceram.

É verdade que sendo um Projeto de Decreto Legislativo Regional que trata de matéria laboral esteve em audição pública. Aconteceu.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: É verdade que nenhum grupo parlamentar ou nenhum partido, ou nenhum Deputado, está inibido de conversar e reunir com quem muito bem entender para melhorar e credibilizar as suas propostas de alteração que regimentalmente são possíveis de apresentar nesta câmara.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Foi o que fez o PS e o PCP, foi exatamente o que fez o PSD.

Portanto, nós estamos perfeitamente em igualdade de circunstâncias. Não estou a dar protagonismo a ninguém, não estou a dar realce a ninguém, nem responsabilidades. Responsáveis somos todos, responsáveis são os que aqui estão para resolver um problema dos nossos professores a contrato a termo.

Não vai (e o Sr. Presidente ainda ontem disse e muito bem) resolver o problema dos contratados todos, porque contratados vamos sempre precisar, mas vai dar resposta a um problema que nós tínhamos, que é as vagas que são necessidades permanentes passarem a ser ocupadas por pessoal do quadro que até agora esteve em regime de contrato a termo.

Regimentalmente, nós agimos da forma correta. O PSD fez exatamente o mesmo. Portanto, não há aqui protagonismos nem diferenças nenhuma. O que fizemos é-nos permitido pelo Regimento desta casa.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra para intervir.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais dizer o seguinte. Julgo que todos os partidos com assento nesta câmara, para além da tramitação normal com as audições em sede de comissão, receberam durante a semana passada pedidos para reunião com dois dos sindicatos dos professores. Respondi positivamente às solicitações que me foram feitas pelos dois sindicatos e julgo eu que todos os partidos políticos com assento parlamentar também acederam a esse pedido feito pelos sindicatos e isto num processo que não acabou ou que decorreu, ...

Ou melhor, a necessidade dos sindicatos (os sindicatos o dirão) julgo que decorreu do facto de, da última comissão, não ter saído nenhuma proposta de alteração.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fez propostas em sede de comissão? Está a perguntar pelas propostas do PSD?

O Orador: Portanto, os sindicatos sentiram-se, julgo eu, no cumprimento do seu dever e na defesa dos educadores e dos professores de se deslocarem à sede do Parlamento e solicitarem audições e audiências com todos os grupos e representações parlamentares, o que aconteceu, e isso é tudo perfeitamente normal. Portanto, o processo decorreu com a sua tramitação normal.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É a minha opinião!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, não lhe pretendo ensinar nada sobre Regimento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem conseguia!

O Orador: Nada! É por isso que V. Exa., como qualquer outro grupo e representação parlamentar, faz um diploma que vem relatado da comissão e que até pode trazer da comissão um conjunto de alterações, e podemos, qualquer um de nós pode, em sede de discussão e até ao fim da discussão na generalidade, apresentar propostas de alteração.

Isto é o que diz o Regimento.

Portanto, não pretendo ensinar-lhe nada sobre o Regimento, certamente até terei a aprender com V. Exa., ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Também não!

O Orador: ... mas relativamente a esse processo é perfeitamente claro.

Agora relativamente à questão que V. Exa. coloca, a abstenção do PSD. Com certeza está justificada, mas há aqui uma questão que importa esclarecer.

Portanto, as propostas de alteração visaram um objetivo claro.

Primeiro, independentemente de se concordar com o regulamento ou não que está em vigor dos concursos (no caso da Representação Parlamentar do PCP até tem muitas discordâncias), a verdade é que tratando-se aqui de uma situação excepcional, a construção desta proposta tinha que ser feita o mais aproximado possível, ou melhor, com a proximidade possível e desejável ao regulamento do concurso que está em vigor, independentemente de Vs. Exas. na bancada do PSD terem discordâncias e a Representação Parlamentar do PCP ter discordância relativamente a essa questão. O que era necessário aqui introduzir era uma norma que resolvesse o problema dos contratados. Tudo o resto teria de ser aproximado.

Portanto, V. Exa. no seu direito vai abster-se relativamente à norma que é introduzida e é essa que efetivamente pretende resolver o problema dos professores contratados.

Para mim isto é perfeitamente incompreensível, porque afinal de contas aquilo que posso concluir da posição do PSD é que o PSD afinal de contas não está interessado em resolver o problema dos professores contratados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Seja sério!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não diga isso! Sério não é o senhor! Não diga isso! O senhor é que não é sério! Tenha tento na língua!

Presidente: Sr. Deputado.

Vamos então votar a proposta de alteração ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 4.º com as alterações que foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração ao artigo 5.º subscrita pelo PS e pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 5.º com a alteração que acabou de ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 7.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Tem de ser mesmo muito breve, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte.

“Os custos [estou a fazer uma citação] que um concurso anual desta natureza acarreta [um concurso de professores], uma vez que para além da sua candidatura ser feita e validada pela internet é sempre ratificada e conferida por uma equipa de profissionais dedicados em exclusividade aos concursos, inviabiliza a realização de concursos anualmente,” por um Governo Regional que alterou a periodicidade dos concursos.

Esta declaração foi feita em 22 de março de 2012 pela Secretária Regional da Educação, Cláudia Cardoso, justificando por que razão os concursos passavam a ser de 4 em 4 anos.

Decorrido pouco mais de 1 ano temos um Partido Socialista e um Governo Regional a fazer não um concurso anual, mas dois concursos anuais como vai acontecer este ano.

Era só para ficar o registo dessa incoerência.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A bancada do PSD terminou/esgotou o seu tempo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado!

Presidente: Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem pouco mais de 1 minuto. Agradeço que seja breve.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Referir que nós estamos aqui hoje a regulamentar e a criar um concurso extraordinário com um propósito próprio.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esse não tem custos! E o ordinário deste ano?!

A Oradora: Os custos que este regulamento possa trazer serão inferiormente mais baixos, ou são substancialmente inferiores aos ganhos e aos benefícios que os professores terão com o resultado dos mesmos.

Deputado André Bradford (PS): Querem resolver o problema ou não querem?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma intervenção saudável, pelo menos rimo-nos!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então votar a proposta de alteração ao artigo 7.º.

Está à votação a proposta de alteração ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 7.º com a alteração que foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 7.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento de um n.º 8 a este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos então à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, o Projeto de DLR foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então avançar nos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para uma declaração de voto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD não se opôs a este Projeto de Decreto Legislativo Regional por entender que ele pode ser um primeiro passo para a possível solução do problema dos professores contratados na nossa região.

Mantemos, no entanto, as nossas dúvidas legítimas e fundamentadas, por exemplo, sobre a eficiência e justiça dos critérios de prioridades estabelecidos neste diploma para a resolução do problema que ele divisa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Tratando-se de um documento de absoluta importância como já disse, talvez até nuclear para o sistema educativo regional, não devia, não podia ter sido discutido com a pressa e a superficialidade que aqui aconteceu.

Daí também a razão da nossa proposta. A razão da nossa proposta deste documento descer à comissão competente em razão da sua matéria, porque esse procedimento em nada prejudicava os objetivos que este diploma prossegue.

Sublinho: em nada prejudicava os objetivos que este diploma prossegue, fazendo com que na próxima sessão legislativa ele aqui viesse a discussão.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Apoiado!

O Orador: Mas mais razão tinha a proposta do PSD de fazer baixar este documento à comissão face à omissão do Governo Regional sobre aquilo que são as necessidades permanentes do nosso sistema educativo regional.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com isso ficou a perder o sistema educativo regional e permitam-me também que diga que fica a perder este Parlamento por não diligenciar por um sentido de aproximação, que necessariamente tem sempre de fazer aos seus eleitores.

Este voto não ficaria completo sem mais 2 registos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O primeiro e o segundo!

O Orador: O primeiro sobre essa omissão deliberada ou factual do Governo Regional sobre o que são as necessidades permanentes do nosso sistema educativo e sobre também a ausência quase absoluta do titular da pasta na discussão deste diploma.

O segundo registo é para sinalizar que o Partido Socialista aceitou fazer de barriga de aluguer à iniciativa legislativa da Representação Parlamentar do Partido Comunista.

Catorze anos depois da diretiva, dezassete anos depois de ser Governo Regional, tempo mais que suficiente para resolver o problema sempre parcial dos professores sucessivamente contratados, o Governo Regional diz-se aqui, à última hora, com toda a pressa, disposto a resolver o problema, disposto a pôr fim a essa injustiça, sem que todavia tenha explicado, tenha dito, tenha quantificado quais são as necessidades permanentes na contratação da rede pública.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: No fundo, estivemos de algum modo a legislar no vazio e isso prova o que também dissemos ao longo deste debate: que em muitos casos (e este foi um deles) são mais os fins do que os princípios.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fala, fala, fala e não diz nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Creio que aqui hoje se deu um passo bastante importante por valores que o PS sempre pugnou, ou seja, a estabilização do sistema educativo regional e a estabilização do seu corpo docente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: A estabilização do sistema educativo regional, porque sendo o nuclear do sistema educativo regional os alunos (os alunos é que são o centro nuclear do nosso sistema educativo regional) obviamente que para isso os docentes têm um papel relevante, mas o núcleo são os alunos do nosso sistema. Dizia que o PS com esta aprovação aqui hoje, e esta casa aprovando o decreto que agora esteve em apreço, surge novamente com uma solução rápida e consistente para a resolução de um problema.

As propostas introduzidas foram muito importantes e é preciso notar-se que foram todas a favor da estabilidade do corpo docente.

O facto de se ter introduzido um concurso interno e externo foi extremamente importante para a vivência e para a parte social dos próprios docentes não estarem uns contra os outros dentro das unidades orgânicas, não haver atropelos de uns relativamente aos outros, porque os que estão no quadro têm o seu direito à sua mobilidade de quadro para quadro em função das suas vontades.

Os quadros de escola em vez dos quadros de ilha foram outra melhoria substancial. Não se criaram aqui dois níveis de docência; criou-se, sim, a

oportunidade dos contratados até agora, ou a parte deles que vão ocupar vagas permanentes do sistema, ser nos quadros das unidades orgânicas.

Isto foi, sem dúvida, uma grande mais-valia deste regulamento.

Outra, é o facto dele desenvolver-se anualmente por um período de 3 anos.

Entre outras, essas são as grandes diferenças introduzidas, as grandes melhorias introduzidas para a resolução deste problema.

O PS não pode deixar de lamentar nesta oportunidade a irresponsabilidade política do CDS-PP e do PPM ao terem abandonado esta sessão numa matéria tão relevante e numa matéria tão cara a todos os partidos que compõem esta Assembleia.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o Bloco de Esquerda não conta?

A Oradora: É lamentável que tenham saído.

Dizer ainda que o facto do PSD insistir que este diploma tivesse baixado à comissão deixa-nos perplexos, porque durante as duas vezes que este diploma esteve em análise na comissão a inação de propositura por parte do PSD foi zero. Total!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É falso! O PS não propôs nada e absteve-se na comissão! Seja séria! Diga a verdade!

A senhora absteve-se na comissão e não propôs nada!

A Oradora: Não teve nenhuma!

Mas o PS não requereu nenhuma baixa à comissão desta vez.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada conclua a declaração de voto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A Sra. Deputada está a mentir. O relatório assim o demonstra!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Calma! Calmantes!

A Oradora: Para terminar, apenas clarificar que o Sr. Deputado Joaquim Machado acusou-nos de fazer de barriga de aluguer. Dizer que o Sr. Deputado Joaquim Machado decerto não percebeu, ou não leu, o texto saído da conferência de imprensa que a Sra. Deputada Zuraída Soares deu anteontem em

que, aí sim, ela disse não estar disponível (o Bloco não estava disponível) para fazer de barriga de aluguer.

Nós não estávamos aqui a fazer, nem a procurar barrigas de aluguer. Limitamo-nos a fazer o que regimentalmente é possível.

O nosso Regimento prevê que quando um partido abdica do seu diploma, os outros partidos, ou qualquer Deputado desta casa, o possa repescar e torná-lo como sua propositura.

Foi isso que fizemos conjuntamente com o PCP.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino já, Sra. Presidente.

Fizemos isso certos e convictos que hoje, aqui, estamos a regular um modelo de integração de contratados muito conveniente e muito importante para todos os docentes, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vamos ver quantos professores vão ser contratados nas vésperas das eleições!

Deputado André Bradford (PS): Não se preocupe com isso!

A Oradora: ... porque nós não estivemos a legislar sobre o número de vagas. Quiseram introduzir esse ruído no debate. Nós não estamos a legislar sobre o número de vagas. Nós dizemos como é que elas são aferidas, mas não legislamos sobre o número de vagas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isto não é uma declaração de voto. É uma intervenção!

A Oradora: Criámos, sim, um modelo de integração dos professores com contrato a termo ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... nos quadros das escolas e das unidades.

Fica a ganhar o sistema educativo regional, fica a ganhar a classe docente que trabalha nos Açores.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não será necessário tanto tempo, Sra. Presidente.

É para pedir encarecidamente a V. Exa. que proceda à distribuição da página 18 do relatório da Comissão de Assuntos Sociais, onde na apreciação da especialidade diz “nada a registar”, portanto, nenhum partido fez propostas em sede de comissão ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ouviu bem, Sra. Deputada?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem! Ouviu bem, Sra. Deputada?

O Orador: ... e no parecer final todos os partidos, incluindo a Representação Parlamentar do PCP que não fazendo parte da comissão, mas assistiu, também declarou a sua abstenção. Todos os partidos abstiveram-se em sede de comissão.

É só para pedir a V. Exa. encarecidamente, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está a ouvir, Sra. Deputada?

O Orador: ... porque de facto o relatório foi distribuído, mas parece que alguns Srs. Deputados não receberam. Só para termos acesso a essa informação que repõe a verdade dos factos ocorridos em sede de comissão.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa fez o registo do seu pedido e irá proceder à sua distribuição.

Vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Entramos agora no ponto 9: **Projeto de Resolução n.º 38/X – “Intempéries - Apoio aos Municípios de Angra do Heroísmo, Nordeste e Povoação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para a apresentação do diploma.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sobe hoje a plenário um Projeto de Resolução do PSD que já cá esteve em junho de 2013 no âmbito de urgência.

O projeto acabou, na altura da urgência, por ser de certo modo debatido e foi chumbada a urgência.

O projeto visa que o Governo Regional tenha solidariedade em relação aos municípios afetados pelas intempéries do passado dia 14 de março de 2013.

Nessas questões das intempéries os Açores e os açorianos sabem bem o que é que isto representa, porque ainda ontem e esta madrugada fomos severamente fustigados por condições climatéricas adversas.

O PSD apresentou este Projeto de Resolução com urgência e mantém a mesma urgência no sentido do Governo Regional ter essa solidariedade para com os municípios e acima de tudo o PSD mantém a coerência, independentemente de não ter ou ter responsabilidade política nos municípios afetados. Neste momento não tem qualquer responsabilidade política nos municípios afetados.

Isto porquê?

Porque o princípio que está adstrito a este projeto é apoiar os açorianos e os territórios onde os açorianos residem. Este é que é o fundamental da política, este é que é o fim último da política.

Em questões de solidariedade há que fazer bem sem olhar a quem e é isto que o PSD fez.

Antes das eleições autárquicas apresentou este projeto com o objetivo de apoiar os açorianos, não olhando a quem governava nos municípios e agora volta novamente a insistir no Projeto de Resolução sem olhar a quem governa esses mesmos municípios.

Nessa mesma altura, em junho de 2013, o PSD também apoiou uma iniciativa do PS que visava insistir na solidariedade da República perante a região e o PSD mais uma vez, independentemente de quem governava na República, apoiou esta iniciativa, porque do mesmo modo que o Governo Regional se deve solidarizar com os municípios, o mesmo princípio deve ser aplicado ao Governo da República. A solidariedade deve existir também na República.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, nós estamos a apoiar os poderes que devem visar o apoio aos açorianos.

É verdade que o Projeto de Resolução, ou a Anteproposta de Lei aprovada por unanimidade nesta casa, ainda não tem uma resolução definitiva, ainda não foi ao plenário da Assembleia da República, portanto, sobre ela nós ainda não temos obviamente o conhecimento de qual é que vai ser o resultado, mas esperamos que esta falta de definição, por não ter ido a uma decisão plenária na República, não leve o Governo Regional a refugiar-se efetivamente neste atraso ou nesta falta de decisão para não apoiar os municípios da Região Autónoma dos Açores.

É isso que esperamos hoje aqui, neste plenário, que efetivamente as desculpas passem para trás das costas, que efetivamente não se olhe a quem esteja a governar e a quem seja o protagonista da governação, mas que todos em conjunto e em convergência possamos apoiar os açorianos naquela que foi uma catástrofe no dia 14 de março e que ceifou uma vida, infelizmente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de falar sobre este projeto em concreto, gostaria aqui de lembrar e de saudar todos aqueles que ainda no dia de ontem viveram e trabalharam, de forma a que a intempérie (que assolou com particular incidência, daquilo que são os dados que tenho, a ilha das Flores com ventos e uma rajada de cerca de 231 kms/hora), e que felizmente pelas medidas que foram tomadas e pelo trabalho desenvolvido, não causasse vítimas pessoais/humanas, além dos estragos que foram minimizados pelas precauções que foram tomadas.

A todos, desde os trabalhadores das câmaras municipais, trabalhadores da administração pública, penso que devemos reconhecer o trabalho que foi feito e a coordenação que houve para minorar estes estragos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente agora à proposta em apreço, que vai ser apreciada e votada, reporta-se exatamente ao pagamento de prejuízos resultantes das intempéries de março de 2013.

É importante não esquecer que a avaliação feita nas diversas áreas representou a afetação de cerca de 35 milhões de euros para aplicação nas intervenções necessárias para a recuperação de estragos causados.

Deste montante, os prejuízos causados para as autarquias em causa, Nordeste e Angra do Heroísmo, representa um pouco mais de 2 milhões de euros, o que significa que mais de 90% dos encargos são da responsabilidade do Governo Regional.

Por isso, houve a necessidade de afetar as verbas necessárias à reparação de estragos, naturalmente implicando que fossem adiadas, pelo menos temporariamente, ações para as quais estavam afetas essas verbas por parte do Governo Regional, por parte dessas mesmas autarquias.

Nesta Assembleia já foi deliberada em abril passado e posteriormente em maio na Assembleia da República solicitou-se o apoio e a solidariedade nacional para

com os Açores. Esta resolução foi, como disse o Deputado António Ventura, apoiada por unanimidade.

Este pedido enquadra-se na Lei de Finanças Regionais e não representa qualquer regime de exceção, conforme é do conhecimento de todos. Vou citar dois exemplos do passado apenas: os apoios concedidos à Região Autónoma da Madeira, aquando das intempéries das cheias de fevereiro, e a vaga de incêndios de 2012 que ali se registaram.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, conforme já deixou expresso na reunião da Comissão de Política Geral no passado dia 5 de fevereiro e após audição do Sr. Vice-Presidente do Governo, não concorda com a argumentação apresentada para a viabilização desta proposta, pelo que entendemos desde já explicar a razão da nossa posição.

A proposta em apreciação é praticamente igual à apresentada pelo PSD em junho de 2013, que também não mereceu a aprovação desta câmara.

Também é do conhecimento de todos que a resolução do Conselho de Ministros de 27 de março pura e simplesmente ignora os prejuízos nas infraestruturas do Governo Regional e que nem para os municípios afetados representa qualquer utilidade, pois na prática terão de ser sempre estes a suportar os encargos na reparação dos seus estragos.

Por certo conscientes desta realidade, vem o PSD apresentar esta proposta que mais não é do que penalizar ainda mais o Governo Regional que, como já referi, foi quem teve mais prejuízos.

Para concluir, informo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra a presente proposta, mas entendemos importante que em nome da coerência e numa demonstração clara de que todos estamos ao lado dos Açores e dos açorianos, todos os grupos e representações parlamentares desta casa se mantenham unidos na defesa do cumprimento da resolução aprovada por unanimidade nesta Assembleia em abril do ano passado e tudo fazermos para

que o Governo da República cumpra com as suas obrigações perante os Açores e os açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, obviamente aos seus agradecimentos queria também adicionar o excelente trabalho que a Proteção Civil e os Bombeiros fizeram ao qual o Sr. Deputado não fez referência já que fez referência às câmaras municipais. Obviamente é de total justiça efetivamente apontar também o trabalho da Proteção Civil e dos Bombeiros relativamente àquilo que infelizmente aconteceu ontem e esta madrugada e esperemos que não aconteça durante o dia de hoje e nos próximos dias.

Há aqui que, sem tentar defender quem quer que seja, muito menos o Governo da República, porque como disse no início é preciso nessas questões da solidariedade não olhar a quem governa, repor a verdade e a resolução do Conselho de Ministros do dia 27 efetivamente o que permite é a ultrapassagem do endividamento por parte dos municípios afetados.

Importa dizer a esse respeito que o Governo Regional antes do texto, antes da apresentação da resolução de Conselho de Ministros, foi ouvido e não se opôs de facto a essa situação ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... e pediu tão só pouco que os respetivos limites de endividamento fossem também autorizados e ultrapassados pelo Governo Regional.

Leio uma resposta a um requerimento dos Deputados do PS na República em que fazem efetivamente essa questão e essa questão é respondida no dia 1 de abril de 2013 ...

Deputado André Bradford (PS): Pelo Governo da República!

O Orador: ...e não foi contestada. Os Deputados do PS na República levantaram efetivamente essa questão e a resposta foi dada a 1 de abril e é dada nos seguintes termos (não foi contestada): “O Governo da República [passo a citar] teve o cuidado de dar conhecimento prévio do texto do Projeto de Resolução ao Governo Regional antes do Conselho de Ministros do dia 27 de março.

Em resposta, o Governo Regional agradeceu o gesto e sugeriu tão só que fosse aditado ao Projeto de Resolução a possibilidade de ultrapassagens dos limites de endividamento da administração regional.”

Deputado José San-Bento (PS): Onde é que o senhor quer chegar com isso? Não autorizaram!

O Orador: Ora bem, nessa mesma resposta é preciso perceber que os limites do endividamento não podem ser vertidos numa resolução de Conselho de Ministros. É competência da Assembleia da República.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que asneira!

O Orador: Portanto, sendo competência da Assembleia da República, porque ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é do dia 1 de abril!

O Orador: Então continuo a ler a resposta dada ao requerimento aos Deputados.

Deputado André Bradford (PS): Continue, continue!

O Orador: “Contudo e conforme se transmitiu subsequentemente ao Governo Regional, as medidas adicionais por este sugeridas não foram adotadas porque não poderiam ser vertidas numa resolução aprovada pelo Conselho de Ministros, uma vez que teriam de resultar de modo incontornável da aplicação dos dispositivos específicos da Lei das Finanças Regionais e pela Lei do Orçamento de Estado. Ora essa competência encontra-se acometida pela Constituição à Assembleia da República”.

Portanto, os senhores têm conhecimento daquilo que era possível fazer-se e daquilo que não era possível fazer-se.

Isto não é para desculpar ninguém.

Deputado André Bradford (PS): Ah, não! Cá nada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não!

O Orador: É só repor a verdade e efetivamente perceber os mecanismos que nós temos.

Esperamos ansiosamente pela decisão da Assembleia da República. Esperemos que esta decisão seja favorável àquilo que aconteceu e à solidariedade que é preciso ter por 14 de março.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Perante esta afirmação agora produzida pelo Sr. Deputado António Ventura, pergunto se foi dito, se o Governo Regional pediu que também lhe fossem alargados os limites de endividamento para incluir nessa resolução que o senhor diz que não podia ser, porque não era competência do Conselho de Ministros, era uma competência da Assembleia da República.

Estamos de acordo e só reforça também a minha opinião. É que a resolução do dia 27 de março também não tem qualquer valor, nem para os municípios. Não, porque é uma competência da Assembleia da República pelas suas palavras.

Deputado António Ventura (PSD): Não é, não!

O Orador: Se os limites de endividamento são para o Governo da República, o mesmo se aplica para as autarquias locais. Não é uma resolução de Conselho de Ministros.

Aliás, aquelas resoluções que foram tomadas para os casos que referi da Madeira em 2010 e em 2012 referiam mais um conjunto de ações que, isso sim, era um tratamento que nos parece que os Açores e os açorianos, quer o Governo Regional, quer as autarquias afetadas, deveriam ter em termos de comportamento. Penso que me dispenso de ler essas resoluções, porque serão também do conhecimento de todos.

Portanto, pegando nas suas palavras, o que acho é que (a parte final da minha intervenção) todos nos devemos manter unidos na defesa da resolução que foi aqui aprovada por unanimidade, de forma a que (nos termos que estão definidos - penso que estão, também tenho conhecimento deles - estão perfeitamente claros) haja solidariedade nacional para com os Açores e para com os açorianos. Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar contra, contra e contra este Projeto de Resolução do PSD.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Fá-lo por uma razão única que não demora muito tempo a explicar.

O Sr. Deputado António Ventura, na sua primeira intervenção, disse e bem que em questão de solidariedade é necessário fazer o bem sem olhar a quem. Exatamente! Só que este recado, Sr. Deputado António Ventura, deve ser endereçado diretamente ao Governo da República.

Portanto, o Bloco de Esquerda considera que o ponto 2 do Projeto de Resolução do PSD que diz que o “Governo Regional deverá disponibilizar aos municípios meios financeiros que lhes permitam suportar [municípios neste caso estamos a falar de Angra do Heroísmo e do Nordeste] os investimentos na recuperação de todos os estragos resultantes dos estragos, ...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Exatamente!

... das tempestades [era o que queria dizer!] de março de 2013”, mais não pretende, na nossa opinião, do que branquear e retirar de cima do Governo da

República uma atitude que para o Bloco de Esquerda é absolutamente inqualificável, inaceitável, mais discriminatória da solidariedade que é devida a uma região que foi afetada, como é o caso da Região Autónoma dos Açores, e que tem em custos, à conta do Governo Regional, não é à conta dos municípios, no mínimo 32 milhões de euros.

Portanto, isto que aqui está, por baixo de uma capa de aparente generosidade e preocupação, mais não faz do que branquear uma atitude que esta casa identificou na resolução conjunta de todos os partidos que aqui foi aprovada e à qual o Governo da República ainda não deu resposta até aos dias de hoje.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta primeira intervenção sobre esta matéria era para fazer uma pergunta muito concreta ao Sr. Deputado António Ventura.

Sr. Deputado António Ventura, o Sr. Deputado confirma e assume a resposta que o Governo da República, que acabou de ler, deu sobre as competências para a autorização de endividamento para as regiões autónomas? Concorde com a posição que foi definida em termos legais e que foi referida pelo Governo da República?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros** (*PCP*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à iniciativa do PSD que estamos a apreciar importa fazer e lembrar aqui um pouco do que foi a história, designadamente algumas iniciativas que foram tomadas aqui no Parlamento regional, mas também que foram tomadas na Assembleia da República.

Como todos estaremos lembrados, no dia 3 de maio de 2013 foi aprovado por unanimidade na Assembleia da República um Projeto de Resolução do PCP e

que mereceu o acolhimento unânime de todos os partidos na Assembleia da República, no sentido do mecanismo que está previsto para apoio em situações de intempéries ser acionado e fosse transferido para (e em articulação com o Governo Regional) a Região Autónoma dos Açores o valor que salvo erro se situaria à volta dos 35 milhões de euros.

Portanto, mereceu o apoio da Assembleia da República.

Entretanto, e chegados ao final do ano de 2013 e por altura da discussão do Orçamento de Estado para 2014, pude verificar que essa resolução não tinha sido cumprida e o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República fez uma proposta de alteração em sede de orçamento, portanto, ao mapa de alterações e transferências orçamentais e essa proposta de alteração dizia o seguinte: “A transferência de uma verba de 35 milhões de euros proveniente da dotação provisional do Ministério das Finanças e por despacho do Membro do Governo responsável pela área das Finanças destinada a assegurar o pagamento dos encargos de apoio extraordinário à reparação dos prejuízos provocados pelas intempéries ocorridas na Região Autónoma dos Açores em 2013”, isto é, era recuperar um Projeto de Resolução que havia sido aprovado por unanimidade, mas que ainda não tinha sido cumprido, e consagrar no Orçamento para 2014.

Mas desta vez não houve unanimidade. Desta vez esta proposta do PCP foi reprovada e vejamos por quem é que foi reprovada: pelo PSD, pelo CDS-PP, mas também pelo PS e aprovada pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda.

Deputado António Ventura (PSD): Foi aprovado por unanimidade!

O Orador: Portanto, com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda e do PCP, mas foi reprovada pelo PS, PSD e pelo CDS-PP.

Há qualquer coisa aqui que não está bem!

Um Projeto de Resolução que merece o acolhimento unânime do Parlamento nacional, mas não é cumprida a recomendação e depois, em sede de Orçamento para 2014 não merece o apoio da maioria de direita que governa o país, estranhamente também não merece o apoio do Partido Socialista na República.

Para já fico-me por aqui, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira pediu a palavra para uma interpelação. Tem 2 minutos, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Queria fazer o pedido para um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Sendo regimental e considerando o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos.

Regressamos às 15 horas. Um bom almoço para todos.

(Eram 12 horas e 18 minutos)

Presidente: Estávamos no debate referente ao ponto 9 da nossa Agenda.

(Eram 15 horas e 02 minutos)

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pelo Deputado Rogério Veiros)

Estava inscrito o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares que a nossa resolução não contempla a República, porque anteriormente já tínhamos aprovado nesta casa uma resolução dirigida ao Governo da República e, portanto, era duplicar aquilo que era a atuação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora é para o Governo da República fazer aquilo que não fez!

O Orador: Portanto, não havia essa necessidade.

Depois também dizer ao Governo Regional ...

Deputado André Bradford (PS): Havia e há!

O Orador: Por mim, o Conselho de Ministros podia aprovar logo diretamente os 35 milhões de euros sem qualquer problema, agora a gravidade reside no facto se efetivamente o Governo Regional fez ou não fez o seu trabalho de casa, porque quando saiu esta resposta ao requerimento não houve oposição quer por parte dos Deputados do PS, quer por parte do Governo Regional. Portanto, se não houve oposição...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... efetivamente o Governo Regional prejudicou os Açores, porque não contestou a resposta.

Deputado André Bradford (PS): O Governo central não prejudica, o Governo Regional é que prejudica!

O Orador: Essa é que é a questão.

Mas centrando novamente o debate, o que está aqui em causa hoje em dia é uma das decisões: ou o Governo Regional está disposto a apoiar os municípios que foram afetados com as intempéries de 14 de março, ou não está disposto a apoiar?

Esta é que é a razão e o objeto da proposta ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é só essa!

O Orador: ... e esta é que é a razão efetivamente da decisão que nós hoje temos de tomar aqui.

Está o Grupo Parlamentar do PS disposto a apoiar esta Proposta de Resolução para que exista a solidariedade necessária para com os municípios afetados ou não está?

É isto que está hoje efetivamente em debate e não vale a pena desculparem-se em outras situações que ainda não estão decididas.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não respondeu à pergunta que foi colocada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido.

Sr. Deputado António Ventura, sabe o que é que acontece a quem é cábula?

É quando lê algo que está errado, repete esse erro e o senhor sobre esta matéria foi cábula e foi cábula (isso não era muito importante) contra os Açores, ...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... porque o senhor acabou de repetir uma resposta do Governo da República, justificando a posição do Governo da República com base numa resposta a um requerimento, em que essa resposta do Governo República estava pura e simplesmente errada.

Deputado António Ventura (*PSD*): E o que é que os senhores fizeram na altura em relação a isso?

O Orador: O senhor o que veio aqui dizer foi que o Governo da República não podia com base numa informação errada.

Das duas, uma: ou o senhor não conhece o que é que está a falar; ...

Deputados António Ventura e António Marinho (*PSD*): O senhor é que não fez nada!

O Orador: ... ou o senhor se conhecia o que estava a falar, propositadamente cometeu um erro, porque a questão é muito simples e vou terminar.

Deputado António Ventura (*PSD*): Acham que é assim!

O Orador: Ao contrário do que o senhor diz, a Lei de Finanças Regionais, no n.º 2, do artigo 40.º, diz claramente que quem tem competência para autorizar um empréstimo, não é como o senhor disse a Assembleia da República, ...

Deputado António Ventura (*PSD*): Não! É proposta à Assembleia da República!

O Orador: ... é o Ministro das Finanças.

Deputado António Ventura (*PSD*): O que o senhor está a dizer é diferente do que está aqui!

O Orador: N.º 2, do artigo 40.º da Lei de Finanças Regionais.

O que quer dizer que o senhor perante esta Assembleia faltou à verdade com o único objetivo de defender o Governo da República contra os Açores e se houvessem dúvidas sobre isso, não há, porque está na lei, bastaria olhar para o despacho de 21 de agosto de 2013, assinado pelo Secretário de Estado do Orçamento, que autoriza um financiamento para a região exatamente de acordo com esta norma da Lei de Finanças Regionais,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Não houve Conselho Ministros!

O Orador: ... ou seja, o que o senhor fez foi uma triste figura nesta Assembleia.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor é que está a fazer uma triste figura!

Deputado António Ventura (PSD): Onde é que estava o Governo Regional?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou reafirmar aquilo que disse já na minha primeira intervenção, que nós não vamos votar favoravelmente esta proposta.

Os argumentos, Srs. Deputados, e particularmente o Sr. Deputado António Ventura, já foram aqui explicados e o que o PSD pretende com esta proposta é desresponsabilizar o Governo central das suas responsabilidades, passando-as para o Governo Regional ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... e quanto a isso nós votamos contra e estamos contra isso.

Já lhe disse que devemos estar é a favor da resolução que foi aprovada aqui por unanimidade, no sentido de que o Governo central possa, nos termos da lei que aqui já foi referida, apoiar os Açores na recuperação daqueles estragos.

Era só isto.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós só estamos aqui a discutir esta iniciativa do PSD hoje, porque não foi atendida a recomendação desta câmara, mas quero voltar a lembrar que ainda antes da recomendação desta câmara foi feita uma outra recomendação por iniciativa do PCP. Foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República e não foi cumprida pelo Governo da República, porque se tivesse sido cumprida pelo Governo da República nós não tínhamos nenhuma necessidade... Na altura, quando foi anunciada essa unanimidade na Assembleia da República, ficámos todos muito satisfeitos.

Infelizmente, essa recomendação não foi cumprida, mas estamos aqui a discutir esta iniciativa do PSD, porque não foi aprovada a proposta do PCP em sede de discussão do Orçamento de Estado para 2014 em que se propunha uma alteração e um reforço no valor de 35 milhões de euros apenas para isto, apenas para dar corpo à execução de uma recomendação que tinha sido aprovada pela Assembleia da República por unanimidade. Aí reitero aquilo que há pouco disse: quer o PS, quer o PSD, quer o CDS-PP votaram contra a inscrição de 35 milhões de euros para apoio às intempéries nos Açores e é por isso que nós hoje estamos aqui a discutir esta iniciativa do PSD. Porquê?

Porque o Governo da República do PSD e do CDS-PP não cumpriu uma recomendação da Assembleia da República, não atendeu a uma recomendação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Não cumpriu uma recomendação da própria Assembleia da República e é por isso que nós hoje aqui estamos a discutir esta questão que é um remedeio, Sr. Deputado. Isto é um remedeio, porque o seu Governo na República não cumpre aquilo que devia cumprir, porque o seu Governo na República não cumpre aquilo que devia cumprir relativamente a todas as regiões do país.

Deputado António Ventura (PSD): Não é bem assim!

O Orador: É sim, Sr. Deputado! É sim senhor, por muito que lhe custe, Sr. Deputado, é isso, é porque o seu Governo e o Governo do CDS-PP não cumpriram uma recomendação da Assembleia da República...

Deputado José San-Bento (PS): É verdade!

O Orador: ... e, portanto, Sr. Deputado, é por isso que o senhor hoje aqui traz, por um lado, um remedeio, e por outro lado, a desculpabilização do Governo da República e isso o senhor tem de ouvir.

Mas agora vai ouvir ainda outra coisa. O PCP até vai dar o voto favorável à iniciativa do PSD (até vai dar o voto!), mas o senhor tem de ouvir isto, porque a demagogia que vem dessa bancada tem de acabar. Isto tem de ser desmascarado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Tem de ser desmascarado! Isto é um remedeio!

Deputado António Marinho (PSD): Não é um remedeio!

O Orador: O PCP vai aprovar esta iniciativa do PSD, mas fica o Sr. Deputado a saber que isto é um remedeio, porque o vosso Governo na República não cumpriu aquilo que devia cumprir e faço-o não por causa do PSD, é porque tenho consciência que as autarquias no país e nesta região estão asfixiadas pela revisão da Lei das Finanças Locais que foi da vossa autoria, que é da vossa responsabilidade, que estão asfixiadas e constrangidas por uma lei de compromissos que estrangula o funcionamento das autarquias na região. Portanto, precisam efetivamente de apoio, precisam deste apoio que Vs. Exas. estão aqui a solicitar, mas isto é um remedeio e a responsabilidade é vossa.

Portanto, Sr. Deputado, é bom que isto fique bem claro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda já deixou clara qual é a sua posição, quer em termos de sentido de voto, quer em termos da avaliação que faz do conteúdo deste Projeto de Resolução.

Todavia, houve uma pergunta formulada (talvez não uma pergunta, mas pelo menos uma afirmação reiterada do Sr. Deputado Aníbal Pires nesta câmara), relativamente a uma posição de voto do Partido Socialista que é absolutamente contraditória, quer com aquilo que o Sr. Deputado que interveio neste debate do Partido Socialista disse por duas vezes, quer com aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse a este propósito, que eu, como Deputada, não posso deixar de questionar o Partido Socialista para um esclarecimento sobre a razão de ser da bizarria desse sentido de voto que deixou o PCP e o Bloco de Esquerda isolados na defesa daquilo que agora estamos a reivindicar, que é a solidariedade obrigatória e legalmente imposta da República para com a Região Autónoma dos Açores.

Aguardo um esclarecimento.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que nem o Partido Socialista, nem o Governo Regional do Partido Socialista conseguem explicar aos Deputados e às Deputadas desta câmara a contradição do seu voto na República.

A pergunta é absolutamente legítima. A admiração e o espanto são absolutamente legítimos. O silêncio é que é absolutamente inaceitável.

Muito obrigada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Uma vergonha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Incoerência!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM irá votar favoravelmente esta iniciativa.

Comprendemos que nesta matéria a responsabilidade e a falta de solidariedade por parte do Governo da República é uma – vou utilizar a expressão – vergonha. É uma vergonha!

Cada vez que uma situação deste tipo sucede em relação aos conselhos e às zonas do país que necessitam de auxílio, a falta de apoio por parte do Governo central às regiões e às populações que estão em dificuldade é sempre uma vergonha.

O Governo da República comportou-se de uma forma politicamente inaceitável nesta questão, mas com isto, tendo o Governo da República essa responsabilidade que lhe deve ser assacada no momento certo (e o momento certo são as eleições de 2015), considero que isso não desresponsabiliza o Governo Regional em relação às suas próprias responsabilidades.

O Governo Regional não pode dizer: “Eles não cumpriram o seu dever e nós vamos ficar à espera de um rebate de consciência para que eles cumpram aquilo que já demonstraram que não vão cumprir.”

Não podemos ficar à espera de quem não vem, de quem não quer vir.

É aí que o Governo Regional tem a sua responsabilidade. O Governo Regional tem a responsabilidade de socorrer estas populações, auxiliar estes municípios e contribuir na medida das suas possibilidades de forma solidária.

Meus senhores, esta autonomia é a última fronteira. Nós temos essa responsabilidade, não deixando de dizer e não deixando de condenar de forma veemente o Governo da República que se comportou de uma forma inaceitável e vergonhosa nesta questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à questão colocada sobre a posição dos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República sobre a proposta de alteração ao Orçamento Geral de Estado, sinceramente, acredito que seja verdade aquilo que os Srs. Deputados do PCP e do Bloco de Esquerda estejam a afirmar e gostaria de dizer (não ponho isso em causa, nunca foi meu hábito, Sr. Deputado, como sabe) que, também sobre esta matéria e como aqui já foi dito pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, a competência para a transferência não é da Assembleia da República, mas pode ser apenas do Ministro das Finanças e, portanto, poderia resolver e acatar a resolução que aqui foi aprovada, aqui e na Assembleia da República.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que é contradição em cima de contradição.

Quer dizer, exigir legitimamente do Ministro das Finanças que cumpra aquilo que não cumpriu colide com o facto do próprio Partido Socialista não insistir e não reivindicar esse cumprimento.

Portanto, há aqui duas coisas que são perfeitamente incompatíveis. De um lado o Partido Socialista diz (e bem!) nos Açores: “O Governo da República tem a obrigação da solidariedade e do apoio a esta região”; mas do outro lado, o Partido Socialista na República vota contra esta reivindicação que, ...

Deputado André Bradford (PS): Não estamos a discutir o sentido de voto do Partido Socialista na República!

A Oradora: ... como as Sras. e os Srs. Deputados bem se lembram, foi aprovada por unanimidade nesta câmara.

Ontem perguntei e hoje volto a perguntar: com qual Partido Socialista é que nós trabalhamos dentro e fora desta câmara?

É com o Partido Socialista que aqui reivindica do Governo da República aquilo a que legitimamente tem direito; ou é com o Partido Socialista que na República vota contra a reivindicação do seu próprio partido nos Açores, vota contra uma deliberação desta Assembleia Legislativa?

É que o Ministro das Finanças não tem a ver com esta questão. Está fora desta questão e a resposta à pergunta que fiz continua por dar.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Essa questão é que não tem nada a ver com o debate!

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem tudo! Este é que é o debate!

Deputado André Bradford (PS): É o debate que lhe dá jeito!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é o que me dá jeito. É o debate que o senhor não tem coragem de responder!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então proceder à votação deste Projeto de Resolução.

(Pausa)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, 1 voto contra do Bloco de Esquerda, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos. Entramos no ponto 10.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista ao tomar esta posição não fez mais do que assumir uma posição coerente com aquilo que sempre defendeu aqui, nesta casa.

O que aqui se exige é o cumprimento da solidariedade nacional que, neste caso, não existiu por parte do Governo central e que agora o PSD com esta proposta pretende branquear.

Portanto, nós, o Partido Socialista, entendemos que devemos ser tratados em pé de igualdade com todas as outras regiões que em situações semelhantes têm merecido por parte do Governo central o apoio e a solidariedade nacional, conforme é do conhecimento de todos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez ficou provado aqui, nesta casa, que o PS desculpa-se muito na República para não atuar na região. Desculpa-se e há um exercício de passa culpas constante para não governar na região, fugindo à sua responsabilidade.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores passam a vida a branquear a atuação do Governo da República!

O Orador: O facto dos outros não atuarem é desculpa para os senhores não atuarem aqui, na região. Estranha forma de governar esta! Estranha forma de governar esta quando temos a autonomia.

Obviamente, não há aqui nenhuma coerência por parte dos Deputados do PS.

O PSD elegeu, desde a primeira hora, os açorianos como a sua prioridade.

Deputado Manuel Pereira (PS): Nota-se!

O Orador: Votou favoravelmente ao lado de todas as resoluções direcionadas para a República. Votou! Votou favoravelmente todas as resoluções favoráveis aqui à Região Autónoma dos Açores.

Os senhores votaram a resolução que dizia ao Governo da República para ter solidariedade para com os municípios afetados. Isso significa que os senhores põem acima do interesse dos açorianos o interesse partidário. Sempre foi assim e parece que sempre vai ser assim. Ficou mais uma vez provado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Por isso é que a gente ganha!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Por isso é que uns ganham e outros perdem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim, penso não haver mais declarações de voto.

Vamos avançar então com os nossos trabalhos. Entramos no ponto 10: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 57/X – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que garantam o cumprimento, pelas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, empréstimo de manuais escolares”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que a urgência deste Projeto de Resolução justifica-se a si própria. Tem-se falado aqui muito de rebates de consciência.

Sobre esta matéria o Bloco de Esquerda não está disposto a esperar por um rebate de consciência do Governo Regional, porque a verdade é que nesta câmara foi aprovado um Decreto Legislativo Regional, em 19 de junho de 2012 (portanto, já lá vai mais de 1 ano), sobre o empréstimo e sobre a legislação, sobre os critérios, sobre os destinatários, sobre os modos de implementar uma medida que tinha como epígrafe o empréstimo de manuais escolares e, de acordo com os objetivos plasmados neste referido diploma, detetámos (e quando digo nós, Bloco de Esquerda, digo muitas pessoas nesta região,

sobretudo muitas e muitos encarregados de educação, muitos pais e muitas mães nas variadas unidades orgânicas das nossas 9 ilhas) que este decreto aqui aprovado nesta casa não está a ser cumprido, está a ser em alguns casos completamente subvertido nos seus objetivos. Mais! Está a ser uma fonte (vou utilizar o termo correto do nosso ponto de vista), um saco azul, para o qual vai o dinheiro que os pais e as mães pagam pelo mesmo manual ano após ano, ou seja, paga 1 ano um aluno, o pai e a mãe pagam este ano; o próximo volta novamente a pagar; o próximo volta novamente a pagar...

Isto tem um nome e não é bonito.

A urgência é apenas esta. O Governo Regional tem de utilizar os mecanismos que tem ao seu dispor, nomeadamente a Inspeção Regional da Educação, nomeadamente a Secretaria da Educação, Ciência e Cultura, que penso que ainda existe neste Governo Regional, pelo menos até ao momento, para pôr ordem na casa e dizer conforme muito bem entender às unidades orgânicas que têm de cumprir aquilo que esta casa, aqui, aprova, porque se não cumprem estão na ilegalidade e não há nenhuma justificação e o Bloco de Esquerda ouviu variadíssimas, desde o simples “ora deixe lá, não se preocupe com isso”, como se isto fosse de somenos importância.

Sras. e Srs. Deputados, não são só os pais e as mães que pagam 2, 3 e 4 vezes o mesmo manual a 100%. Outros veem-lhes retirado do pouco que têm do apoio da Ação Social Escolar, não 20% de coima como aqui foi aprovado, mas 30, que no final do ano letivo quando o livro é devolvido, de acordo com este decreto, deveriam ser ressarcidos da coima que pagaram, mas eles entregam o livro e a coima continua na escola.

Portanto, isto já não é só ilegalidade. É absoluta indecência e é absoluto abuso e exploração dos pais, das mães, dos encarregados e das encarregadas de educação das crianças e dos jovens das nossas escolas.

Portanto, é urgente, urgentíssimo!

Não é preciso estudar coisa nenhuma, não é preciso ouvir, nem auscultar entidade nenhuma. A lei é para se cumprir e na Região Autónoma dos Açores, até ao momento, presumo que também.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução em causa apresentado pelo Bloco de Esquerda, no ver do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, carece de uma análise em comissão. Aliás, de acordo com os pontos resolutivos do próprio projeto em causa, é importante também nesta fase perceber qual foi o trabalho, qual é o trabalho efetivamente a ser realizado ou que está a ser realizado pela própria Inspeção Regional da Educação.

Importa realçar que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista temos todo o interesse que se cumpra de forma efetiva o Decreto Legislativo Regional em vigor sobre o empréstimo dos manuais escolares, tendo em conta o seu verdadeiro objetivo que é o objetivo social.

Por estas razões apresentadas por nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vamos votar contra o pedido de urgência para que este Projeto de Resolução seja analisado de uma forma mais refletida em sede de Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se derem informação como deram sobre as vagas estamos conversados!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, devo dizer-lhe que a Sra. Deputada faz aqui acusações de enorme gravidade.

Devo dizer também para justificar esta urgência que a Sra. Deputada já as fez há alguns meses. Portanto, está aqui a reiterar aquilo que disse.

O Governo não está cá de corpo presente ou não deve estar cá só de corpo presente em termos de atitude. O Governo deve ouvir, o Governo está a ser fiscalizado e o Governo deve reunir o conjunto de informações necessárias para responder a acusações desta gravidade que já foram formuladas há vários meses.

Deputado André Bradford (PS): Estamos a debater a urgência!

O Orador: Nesse sentido, já deveria estar em condições para responder.

Sr. Secretário, o Sr. Secretário já deveria estar munido das informações, porque isto não é de hoje, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem nada a ver com a urgência!

O Orador: ... não é de ontem, não é de há 1 mês.

Esta informação, esta denúncia já foi feita nesta Assembleia há vários meses e não é aceitável dizer que um problema que é apresentado com a gravidade com que este é aqui apresentado, com um texto que tem estas referências (ninguém esconde ao que vai), o Sr. Secretário e o Partido Socialista digam: “Precisamos de mais tempo”.

Mais?!

Oh, Srs. Deputados, mas que velocidade é que nós temos, qual é a velocidade do Governo Regional, nomeadamente na Secretaria da Educação, em relação aos problemas?

Começo a achar que nós só temos 3 velocidades na Secretaria da Educação, que é devagar, devagarinho e parado.

É necessário que o Governo Regional tenha, em relação a esta matéria e a matérias desta gravidade, uma resposta, porque isto não é novo.

Todos nós ouvimos ou não ouvimos aqui esta denúncia?

A Sra. Deputada o que traz aqui é um assunto que já denunciou e, portanto, há uma urgência efetiva e há um tempo que já decorreu (para aí 3 meses), que é o tempo necessário para se juntar os elementos e se poder estar aqui presente neste debate.

Começo a achar que tenho de anunciar com 1 ano de antecedência o que é que nós vamos discutir daqui a 1 ano.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque de facto o Governo diz que ainda não tem os meios, mas não tem os meios por quê?

Porque só tem 3 velocidades: devagar, devagarinho e parado.

Portanto, é evidente que esta urgência significa que se mete mais uma velocidade neste Governo. É resolver os problemas e já, porque esta questão é uma questão de enorme urgência.

Em toda a Europa está a responder-se com programas deste tipo e estes programas têm de ser eficazes.

Aqui não! Aqui nas calmas. Estamos aqui nas calminhas, porque nós já estamos bem. Nós só somos o sistema educativo que tem os piores resultados do país, portanto, podemos estar devagarinho e quietinhos. É o que está a acontecer.

Tem toda a razão, Sra. Deputada! Isto é urgente e esta urgência deve ser votada.

Deputado André Bradford (PS): E vai ser votada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Favoravelmente!

Deputado André Bradford (PS): Ah!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que o PS demonstra com o chumbo a esta urgência é que quer continuar a perpetuar o incumprimento de uma lei que de facto já está em vigor.

Por maioria de razão, o CDS obviamente considera que este assunto tem toda a urgência para ser discutido, porque é vergonhoso aquilo que se conseguiu fazer com uma lei que tinha como objetivo apoiar a classe média que está com imensas dificuldades neste momento. A compra do material escolar é uma sobrecarga enorme e vê-se coisas vergonhosas como já foi aqui denunciado pela Deputada Zuraida (e muito bem!), em que ainda por cima se rouba (ela teve o prurido de dizer, mas eu digo) aos alunos que fazem parte da Ação Social Escolar, que deveriam ter direito de igualdade com os outros meninos para poder usar os manuais, devolver e ficar com a verba do seu escalão para usar

para outros fins. Não! Ainda lhes é debitado o valor dos manuais e isso é uma vergonha.

Portanto, haveria toda a urgência para que este assunto fosse aqui discutido, como seria de toda a urgência que o Governo fizesse cumprir as leis que são aprovadas nesta casa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD também vai votar favoravelmente este pedido de urgência por considerar que ele até já nem deveria ter vindo aqui. Esta situação já deveria estar resolvida, porque o Governo Regional é que, quando esta medida foi implementada, deveria ter dado as indicações precisas às escolas para que a medida fosse cumprida e devia fazer a fiscalização para ver se todas tinham tido o mesmo entendimento e se estavam a cumprir.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nós não somos tão radicais (claro!) como a Sra. Deputada Zuraida Soares e estamos em crer que há escolas que estão a aplicar rigorosamente estas medidas ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, disse o contrário!

A Oradora: ... e que aquelas que não estão a aplicar estamos em crer que não seja para fazer um saco azul, mas porque não interpretaram corretamente a lei, porque isto foi uma medida nova para todos, para as escolas, para os professores e até para os alunos.

Portanto, é preciso dar indicações precisas às escolas para que elas cumpram e isso quem tem de fazer é o Governo Regional.

É uma urgência e tem que ser resolvido já.

Muito obrigada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições, ...

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues pede a palavra para?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Para uma intervenção.

Presidente: Neste momento do debate cada Grupo ou Representação só pode intervir uma única vez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem que aprovar a urgência para falar a seguir!

Deputado Luís Garcia (PSD): Se aprovares a urgência podes falar a seguir!

Presidente: Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O presente pedido de urgência e dispensa foi rejeitado com 27 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto pretende apenas chamar a atenção para 3 coisas.

Esta e outros tipos de ilegalidades foram denunciadas nesta câmara por mim e não só (e não por mim) há 3 meses e na Região Autónoma dos Açores existe um Governo Regional que com toda a legitimidade e acredito eu boa-fé diz assim: “Digam-nos o que está mal. Denunciei, apontem, venham ter connosco. Estamos disponíveis para vos ouvir.”

Pergunto que credibilidade pode ter um Governo que diz isto, mas 3 meses depois de nesta câmara uma Deputada e outros Deputados terem dado a cara por esta denúncia, até hoje não fez nada e agora com um Projeto de Resolução com pedido de urgência que apenas tem 2 pontos (primeiro ponto que “o Governo Regional tome as medidas necessárias para que se cumpra em todo o sistema educativo regional o disposto no Decreto Legislativo Regional sobre o

empréstimo de manuais”; segundo ponto que “a Inspeção Regional da Educação exerça a fiscalização da conformidade do diploma com a prática das unidades orgânicas do sistema educativo regional”)?

Sras. e Srs. Deputados, não há nada para ouvir, não há nada para analisar. É fazer cumprir a lei e fiscalizar as unidades orgânicas onde ela não está a ser fiscalizada.

Portanto, a partir deste momento assumo com toda a legitimidade que aquilo que o Governo Regional diz “venham ter connosco, digam, ajudem-nos, denunciem” não é verdade. É um *bluff*!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma declaração de voto para que fique em Diário das Sessões que mais uma vez o Partido Socialista coloca os interesses efetivos dos alunos à frente de quaisquer quezílias políticas que ao longo, infelizmente, dos debates da educação desta semana se têm revelado neste Parlamento.

Deputado André Bradford (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, colocam-se afirmações a nosso ver graves de sacos azuis, afirmações de que algumas escolas colocam os interesses acima dos interesses dos alunos, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é uma declaração de voto?

O Orador: ... o que me faz lembrar claramente uma história que ouvia muito em pequeno quando a minha avó ia às compras e me dizia todos os dias uma história diferente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Em vez de declaração de voto, podíamos iniciar o debate!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Declarações políticas são feitas no PTAP!

O Orador: Eu perguntava-lhe e ela dizia que a história foi alguém que contou.

O que veio aqui ser referenciado hoje foi isso mesmo.

Mais uma vez o Grupo Parlamentar do Partido Socialista coloca este tema à comissão para que seja debatido de uma forma refletida e de uma forma consensual.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para um protesto.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, não lhe posso dar a palavra, porque o Regimento não prevê protestos a declarações de voto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Prevê declarações de voto que são início de debate. Portanto, se o Sr. Deputado do Partido Socialista acabou de fazer uma declaração de voto que é o início de um debate, sinto-me no direito de o continuar ou então de protestar contra a declaração de voto que ele fez.

V. Exa. decidirá uma ou outra coisa.

Presidente: Sra. Deputada, em termos regimentais não lhe posso dar a palavra para um protesto, porque não pode haver protestos, conforme diz o artigo 88.º, a declarações de voto ou a pedidos de esclarecimento.

O que a Sra. Deputada de certa forma põe em causa é se a intervenção do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues era ou não uma declaração de voto.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não ponho em causa! Digo que não foi uma declaração de voto!

Presidente: A Mesa assim não o entendeu, porque se tivesse entendido que não era uma declaração de voto teria advertido o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Então, Sra. Presidente, peço que fique registado em Diário que o Bloco de Esquerda considera que a Sra. Presidente entendeu uma declaração de voto naquilo que o Bloco de Esquerda entende que foi um absoluto início de debate.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos, entrando agora no ponto 12 da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 59/X – “Manutenção do Número de Ligações no Transporte Marítimo de Passageiros nas Ilhas**

do Triângulo Faial, Pico e São Jorge”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo para apresentar a urgência.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A urgência é óbvia, mas como nós todos já percebemos o Governo começa na área dos transportes sempre pelo telhado. Compra os aviões, compra os navios e depois vai elaborar o Plano Integrado de Transportes.

Compra aviões, compra navios e depois é que vai saber como é que faz as obrigações de serviço público.

Como se diz, “depois logo se vê”.

Mas no PSD nós entendemos que isso não pode ser assim.

No caso concreto do transporte marítimo de passageiros, e agora também de viaturas no triângulo, chegaram os navios, mas com o argumento de que gastam muito gasóleo já sugerem que o número de ligações entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge podem ou serão reduzidas.

Imaginemos, por absurdo, que tínhamos uma estrada antiga e o Governo Regional, ...

Deputado Francisco César (PS): E isto é uma urgência!

O Orador: ... qualquer que ele fosse, reabilitava a estrada. Na estrada antiga nós podíamos passar das zero horas do dia x , até às zero horas do dia $x+1$, ou seja, 24 horas por dia.

Entretanto, reabilitou-se a estrada e para não gastar o pavimento o Governo Regional diz que só se pode passar das 8 às 10, das 2 às 4, das 8 às 10 da noite e da meia-noite às 2 da manhã.

Não faz qualquer sentido! Parece absurdo, mas por aquilo que vai acontecer pelo facto de se argumentar que os novos navios gastam muito gasóleo, essa analogia passa também a ser possível.

E a urgência? Perguntam os Srs. Deputados, a Sra. Presidente e os Srs. Membros do Governo.

E a urgência?

Deputado Francisco César (PS): Ah! Afinal parece que é mesmo uma urgência!

O Orador: A urgência é óbvia.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Pelo amor de Deus!

O Orador: A urgência é tão óbvia que nós estamos a 3 meses da época alta. A 3 meses da época alta todos os Srs. Deputados deverão saber, e os Srs. Membros do Governo também deverão saber, que quer os operadores turísticos, quer os hoteleiros preparam a sua oferta com 8, 10, 12 meses de antecedência. Já tivemos aqui a denúncia várias vezes de que a Transmaçor publica os horários no *site* com 2, 3 meses de antecedência.

Por acaso estive a ver e agora os horários já estão publicados. Não sei se foi por causa do nosso Projeto de Resolução, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Deve ter sido!

O Orador: ... para que nós não tivéssemos que repetir mais uma vez que a oferta turística e o fluxo de passageiros no triângulo tem de ser oferecida, tem que ser mostrada, tem que ser demonstrada com muito tempo de antecedência, mas o que é certo é que neste caso, e agora, a Transmaçor tem os seus horários publicados.

Agora, a urgência novamente. A urgência é simples.

Querem, por exemplo, os hoteleiros de São Jorge saber se o navio vai duas vezes por dia a São Jorge, ou só vai uma; querem os hoteleiros do Pico saber se vão ser mantidas as oito ligações no verão ou vão ser reduzidas.

Claro que poderão logo dizer: “Ah, mas havia uma ligação que era o desdobramento do navio da manhã.”

Obviamente que para este navio, que tem maior capacidade de passageiros, ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Deputado, o senhor está a fugir do conteúdo!

Sra. Deputada Zuraida Soares proteste agora!

O Orador: ... se não se justificar o desdobramento, evidentemente que o desdobramento não se justificará.

A urgência é óbvia, porque os habitantes do triângulo querem saber se, agora com a estrada nova, vão ter limitações no seu tráfego onde podem circular, ou seja, se vão ter limitações na sua mobilidade.

A urgência é óbvia, porque os empresários do setor turismo, do setor turístico (perdão!) querem saber como é que os turistas chegam a cada uma das ilhas.

Não vale a pena argumentarem que não é urgente, porque estão a preparar as obrigações de serviço público, porque as obrigações de serviço público já deveriam estar preparadas há 5, 6, 7 e 8 meses, ...

Deputado José San-Bento (PS): E por que é que não estão?

O Orador: ... porque os senhores já sabiam que navios é que iam ter, os senhores já sabiam que navios e quais eram as valências que os navios iam ter, qual era o respetivo consumo de combustível e sejamos muito claros: não fazem qualquer tipo de sentido umas obrigações de serviço público que são serviço público, quando as ligações, quando o conforto, quando a segurança, ...

Presidente: Sr. Deputado, não estamos a falar das obrigações de serviço público.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Estamos, estamos. Já ao tempo que fugimos do conteúdo!

Presidente: Estamos a falar da urgência relativamente à manutenção do número de ligações de transporte marítimo.

O Orador: Posso explicar, Sra. Presidente.

Se as obrigações de serviço público forem ...

Como sabe, só posso ter uma intervenção e já estou a antecipar a argumentação do Partido Socialista.

Presidente: Mas o Partido Socialista terá oportunidade de fazer a sua própria argumentação.

O Orador: ... a justificação para chumbar a urgência, antecipo de que essas obrigações de serviço público já deveriam estar feitas e concluídas, sabe quando, Sr. Deputado Francisco César (suponho que é consigo que vou debater)?

Deputado Francisco César (PS): Eu não ouvi! Está muito barulho!

O Orador: Sabe quando é que as obrigações de serviço público já deveriam estar concluídas?

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Pelo facto (argumentando agora o facto de ser urgente manter o número de ligações) de que essas obrigações de serviço público já deveriam estar concluídas quando se encomendaram os navios.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas o que acontece com este Governo e ao que já nos habituou este Governo é que começa sempre pelo telhado. Encomendaram os barcos e os aviões e depois vão definir obrigações de serviço público e vão definir o Plano Integrado de Transportes.

Não pode ser! É urgente que quer os habitantes do triângulo, quer os empresários do setor turístico conheçam como é que os turistas chegam às suas ilhas e os habitantes dessas 3 ilhas saibam como é que podem circular ou se vão ter a sua circulação penalizada quando esperavam que agora, com os novos navios, tivessem a sua circulação facilitada.

Muito obrigado.

Deputada Judite Parreira e Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões dos transportes, quer sejam marítimos, aéreos, terrestres, a Representação Parlamentar do PCP tem também aqui um conjunto de preocupações que até não se reduzem apenas à questão das frequências e à forma como todas estas questões irão ser articuladas.

Aliás, tive oportunidade, na única pergunta que fiz na sessão de perguntas de quarta-feira, de referir-me exatamente a uma preocupação que tinha a ver com a questão das tarifas, até pela importância que o transporte marítimo tem para a

dinamização do mercado interno e para a circulação de pessoas. Portanto, a questão das tarifas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai propor um Cruzeiro das Ilhas para as ilhas de Santa Maria e São Miguel!

O Orador: Há aqui um conjunto de preocupações que o Deputado Jorge Macedo colocou. Algumas até posso partilhá-las com o Deputado Jorge Macedo.

Mas, Sr. Deputado Jorge Macedo, perdoe que diga-lhe o seguinte. Aquilo que Vs. Exas. têm aqui na parte resolutiva do Projeto de Resolução é a manutenção do atual número de ligações entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

Ora bem, julgo que isto é redutor, porque o senhor pede a manutenção, mas os novos navios, o PIT (Plano Integrado de Transportes), as próprias dinâmicas que com certeza serão introduzidas com ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso já é o debate!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado se quer debater, vote a favor!

Deputada Zuraída Soares (BE): Isto não é a urgência, é o debate!

O Orador: Os Srs. Deputados escusam de estar com os vossos números, porque não sai fora da questão da urgência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sai, mas já está lá!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Não! Não, porque todos nós partilhamos certamente a ideia e a vontade de que os transportes marítimos sejam alterados, potenciem a circulação de pessoas, a circulação de produtos e que isso contribua para o aumento e para a consolidação de um verdadeiro mercado interno e que, relativamente às ilhas a que nos estamos referir, esse de facto é um potencial que tem de ser explorado e tem de ser sobretudo potenciado.

Agora, aquilo que o PSD aqui está a pedir ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma urgência!

O Orador: ... é a manutenção do atual número de ligações.

Oh, Sr. Deputado, mas eu não sei se é isso que nós queremos!

Nós podemos querer mais!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é que quer? É mais?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vote a favor da urgência e debatemos a resolução!

O Orador: Oh, Sr. Deputado! O Sr. Deputado é que é o teólogo ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Diga, Sra. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não posso deixar de dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que fez o seu enquadramento, mas de facto tem que falar da questão da urgência. Na questão da urgência! É isso que nos traz agora aqui!

O Orador: Estou a falar da urgência e vou concluir, Sra. Presidente.

Presidente: Agradeço que conclua então, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado, a introdução de um novo modelo ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos a debater a urgência!

O Orador: Certamente se há um Plano Integrado de Transportes, o novo modelo que irá ser introduzido pode levar a que o próprio mercado exija não a manutenção do número de ligações, mas o seu aumento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Claro que sim!

O Orador: Se o senhor aqui tivesse o seguinte ...

Presidente: Sr. Deputado!

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Já tomei.

Oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, é tudo uma questão de redação.

Se o senhor e o seu grupo parlamentar ...

Deputados Luís Rendeiro (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Mas é urgente ou não é urgente?

O Orador: ... aqui tivessem colocado o seguinte ...

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, peço desculpa. Para uma interpelação.

Deputado Francisco César (PS): Não há interpelação a meio de uma intervenção!

A Oradora: A Sra. Presidente vai desculpar, mas já é a segunda vez. Ou bem que estamos a discutir a urgência, ou bem que estamos a iniciar um debate.

Se é para iniciar um debate cada um inscreve-se como entender; se é para justificar uma urgência, justifica-se uma urgência.

Agora, tudo ao monte e fé em Deus, Sra. Presidente, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... não dignifica esta casa e não estamos a fazer as coisas como deve ser.

Estou a dizer-lhe isto com toda a frontalidade para não o dizer lá fora antes de o dizer aqui.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, antes de mais, vamos fazer aqui um ponto de ordem.

Isto já não é a primeira vez que acontece.

Aquilo que as outras bancadas dizem é sempre diferente daquilo que nós dizemos.

A latitude que a Mesa tem neste tipo de intervenção, até porque tem um limite de tempo que naturalmente cada bancada tenta explorar da sua maneira, é sempre dentro do princípio de que é preciso fazer um enquadramento para justificar a urgência.

Permitiu ao Sr. Deputado Jorge Macedo, como também o permiti à Sra. Deputada Zuraída Soares ainda há pouco na sua própria urgência, em que também teve que referir aspetos da sua própria resolução ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Limitei-me à urgência. Não entrei no debate do Projeto de Resolução!

Presidente: Sra. Deputada, ninguém está a dizer isso. Ninguém está a dizer o contrário.

Agradeço que todas as bancadas confiem na capacidade que a Mesa tem de gerir os trabalhos e de perceber até que ponto é que pode permitir que os Srs. Deputados continuem ou não a sua intervenção.

Já tinha chamado a atenção ao Sr. Deputado Aníbal Pires e iria fazê-lo de seguida, porque de facto o Sr. Deputado Aníbal Pires já fez valer a sua posição, tem que efetivamente dizer a sua posição referente à questão da urgência, que é aquela que se coloca neste momento aqui.

Mas não posso deixar de referir que a Mesa está atenta a todas estas circunstâncias e tem, dentro das possibilidades, chamado a atenção a todas as Sras. e Srs. Deputados por igual, a todas as bancadas, no que toca à questão de se centrarem naquilo que está em discussão.

Registo a sua interpelação, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires pode continuar a sua intervenção, referindo-se naturalmente à questão da urgência.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Antes de concluir, e vou concluir rapidamente, não posso deixar de ...

Aliás, permiti que isto acontecesse, porque o desconhecimento do Regimento por parte da Deputada Zuraida Soares levou a que ela utilizasse uma figura numa altura em que não lhe seria permitido, isto é, interromper a intervenção de um Deputado para solicitar uma interpelação.

Desculpo a Deputada Zuraida Soares, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não desculpe, Sr. Deputado, por favor!

O Orador: ... (aliás, sentei-me), porque o desconhecimento visível por parte da Deputada Zuraida Soares em relação ao Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é aquele que é do conhecimento público e, particularmente, de nós.

Por isso mesmo sentei-me e aceitei esta interpelação por parte da Deputada Zuraida, perfeitamente a despropósito.

Sr. Deputado Jorge Macedo, a questão é a seguinte: se o senhor e o seu grupo parlamentar tivessem colocado aqui “garanta pelo menos a manutenção do atual número de ligações” ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Já é debate!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires!

O Orador: ... fazia todo o sentido a aprovação da sua urgência.

Assim não, não terá o voto favorável do PCP.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A urgência?

O Orador: A urgência.

Estava difícil, Sra. Deputada?

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estava-lhe a perguntar se pelo menos é urgente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP considera obviamente urgente começar a perceber qual é a política do Governo para os transportes marítimos do triângulo.

Deputado Francisco César (PS): E isso faz-se com uma urgência?

A Oradora: Faz-se numa urgência para nós ficarmos em igualdade de circunstâncias de fazer o nosso trabalho de casa, mais que não seja para começarmos a perceber o que é que os senhores querem para o triângulo, porque estou farta (e estive relativamente pouco tempo) ...

Deputado Francisco César (PS): Farta?!

A Oradora: ... de quando se pede um protesto: “Ai, a senhora não pode vir protestar. É uma injustiça! O Governo também quer participar com as suas opiniões e assim não se pode defender.”

Portanto, queremos anteciparmo-nos a tudo isso, perceber o que é que se passa, porque têm sido gastos milhões. Vemos barcos parados, ...

Deputado Francisco César (PS): Barcos parados?

Deputado Luís Garcia (PSD): Sim, sim! Estão ali no porto!

A Oradora: ... e não percebemos o que é que se passa. Portanto, achamos que é importante começar a discutir o que é que se passa com a política de transportes no triângulo.

Obviamente que a questão de estarmos muito próximos da época alta (o que já aconteceu e não há muito tempo, na tutela do Sr. Presidente que está agora aqui), de chegarmos a meio de julho e ainda não termos barcos na região a funcionar, não foi há tanto tempo quanto isso.

Portanto, tudo o que seja urgente para garantirmos uma boa política de transportes na região tem o apoio do CDS-PP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É zero!

A Oradora: Achamos que é urgente que o Governo e que a maioria que o apoia nos venha esclarecer quanto à política de transportes para o triângulo com os novos barcos com tudo o que considerarem importante.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso que está em questão, Sra. Deputada. O que está em discussão é o número de ligações!

A Oradora: O número de ligações, obviamente! Mas enquanto o barco estiver parado não há nem 1, nem 2, nem 3, nem 4 ligações ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Todas aquelas que serão precisas!

A Oradora: ... e nós achamos, sim, que é muito urgente começar a discutir este assunto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só falta eu?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós percebemos!

O Orador: É verdade, só falta o Sr. Deputado. Está para último, como é habitual.

Este debate tem algumas características interessantes e *sui generis*.

Este debate é um debate sobre um não assunto. Este debate é sobre o que se ouviu dizer e justifico desde já o que é que isto tem a ver com a urgência.

O facto de não haver nenhuma declaração, de nenhum Membro do Governo, de nenhuma administração de uma empresa pública relacionada com os transportes sobre a diminuição de frequências dos novos navios e do serviço público no triângulo, por si só não motiva que este Parlamento tenha uma preocupação sobre a diminuição, ou não, deste serviço público.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): É verdade, ou não verdade?

Deputado Luís Garcia (PSD): É para reduzir ou não é para reduzir? Sim ou não!

O Orador: Não há nenhum dado, não há nenhuma observação sobre as frequências no triângulo do transporte marítimo que indiquem que haverá uma redução.

Aliás, a única declaração que se conhece e a que é referida aqui da parte do Sr. Deputado Jorge Macedo e no Projeto de Resolução, é que de facto esses navios vão consumir mais combustível.

Sr. Deputado, é óbvio.

Como disse o Sr. Presidente da Atlânticoline, é como comparar uma carrinha de 9 lugares com um autocarro. É óbvio que o autocarro consome mais do que a carrinha de 9 lugares, mas também tem outras valências que uma carrinha de 9 lugares não traz.

Sr. Deputado, já tinha saudades das suas metáforas e das suas comparações. O Sr. Deputado desta vez trouxe-nos uma estrada.

Aquilo que me parece é que o Sr. Deputado meteu-se numa estrada, mas com aquela célebre velocidade da propaganda e do numerozinho político esborrachou-se contra a parede.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os 20 nós, Sr. Deputado?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Contra o cais, neste caso!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado.

Nós temos hoje cerca de 400 mil pessoas a viajarem no triângulo. Nós temos hoje muitos turistas a viajarem inter ilhas. Aliás, os últimos números do turismo, do ano de 2013, dão cerca de um aumento de 10,4%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas é urgente o senhor pronunciar-se sobre isso ou não?

O Orador: Há de facto novas infraestruturas para receber estes turistas e estas pessoas que andam o triângulo, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E a urgência? Aprove a urgência!

O Orador: ... mas também é verdade que o trabalho que deve ser feito e a reflexão que deve ser feita (estou dentro da urgência) deve ser uma reflexão de integração de todas as componentes do transporte, do transporte rodoviário, do transporte aéreo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não diga ferroviário, por favor!

O Orador: ... e do transporte, obviamente, marítimo.

Para isso nós temos que ter um Plano Integrado de Transportes, para isso nós temos que ter obrigações de serviço público.

Aquilo que o Governo se comprometeu foi até ao final do primeiro trimestre deste ano apresentar as novas obrigações de serviço público.

Deputado Luís Garcia (PSD): Compram-se os barcos, depois é que se define o modelo!

O Orador: Como o Sr. Deputado sabe (e muito bem!) não são os novos navios que determinam a maior ou a menor frequência. Aquilo que determina a menor ou a maior frequência são as obrigações de serviço público e obviamente o Plano Integrado de Transportes.

Nesta medida, a sua resolução é redutora. Fazer este debate aqui é precipitado, é precoce.

Aliás, o Sr. Deputado ultimamente tem sido muito precoce nas suas intervenções.

Antes de verificar qualquer irrealidade, o Sr. Deputado já está com a célebre fúria da propaganda, já está a tentar falar sobre o assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que será que o senhor está a fazer?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma intervenção serôdia!

O Orador: Fazer a discussão aqui é ter uma discussão precipitada. É não ir ao fundo das questões.

Aliás, o Sr. Deputado Aníbal Pires (e muito bem!) referiu que quando se quer refletir sobre o número de frequências que necessitamos para o triângulo, aquilo que nós temos que saber é se as novas valências que irão ser criadas, nomeadamente com o transporte de viaturas, necessitam de um acréscimo de frequências, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E a urgência?

O Orador: ... de uma diminuição de frequências, de uma mudança dos horários.

Aquilo que nós temos de fazer é uma reflexão sobre esta matéria e isto como o Sr. Deputado sabe (e muito bem!) pode e deve ser feito em comissão, ouvindo também, obviamente, o Governo sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou só falar da urgência.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Há quem considere que é urgente se concordar; se não concordar com aquilo que é recomendado, já não é urgente.

Penso que este posicionamento não faz sentido, porque é evidente que o assunto pode ser urgente ou não, mas se for urgente é urgente que se discorde ou que se concorde.

Portanto, em relação àquele que é o sentido da recomendação e do Projeto de Resolução é independente em relação à urgência do assunto, porque depois de se votar a favor de uma urgência temos sempre a possibilidade de discordar daquilo que é apresentado.

Depois há quem considere que não é urgente discutir e debater, mas que debate.

Deputado Francisco César (PS): Não estamos a debater!

O Orador: Não conseguem resistir à oportunidade de iniciar o debate sobre uma urgência e sobre um debate que não querem fazer, porque não é urgente, mas entretanto, chumbando a urgência do debate, efetuam o debate.

Devo dizer o seguinte.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Vamos a essa urgência!

O Orador: Há aqui uma série de contradições tremendas em relação à urgência.

O PPM vota a favor desta urgência, embora desde já diga a esta casa, me pronuncie a esta casa, em relação à minha discordância. Em relação à recomendação é evidente que discordo da recomendação, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor já não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... porque considero que de alguma forma limita o sentido político, porque o Governo Regional até pode querer reforçar as ligações.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ora! Está a ver!

O Orador: Então, diria o seguinte na recomendação: “manutenção” ou “reforço” das ligações.

Diria isto, mas não é isto que define se estou de acordo ou não estou de acordo. É se o assunto é urgente.

Deputado Francisco César (PS): É urgente por quê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não sabe! Não faças perguntas difíceis porque ele não sabe!

O Orador: Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: o assunto é urgente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro que é urgente, mas que o senhor se cale!

O Orador: Só realmente um Governo que está à espera que chegue o verão para decidir, é que considera que em fevereiro não é urgente definir o sentido político das ligações marítimas no triângulo.

O que é importante definir, concordando ou não com a posição do PSD, são as ligações marítimas e é importante que exista um sentido político e o sentido político não pode deixar de ser outro: que nós apostamos no crescimento do

turismo, nós apostamos no crescimento do mercado interno, nós queremos definir estas coisas o mais rapidamente possível, nós queremos definir um caminho estratégico.

É urgente ou não é urgente?

Claro que é urgente!

Em fevereiro isto não é urgente?!

Só não é urgente para um Governo que novamente está naquela velocidade do devagar, do devagarinho e do parado.

Deputado André Bradford (PS): E o que é que pensa o PPM?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, permita-me que diga-lhe uma coisa.

O senhor disse (e bem e o Bloco de Esquerda concorda) que em diversos pontos de vista, em diversas políticas e áreas políticas o Governo começa a construir a casa pelo telhado, mas do ponto de vista do Bloco de Esquerda este Projeto de Resolução faz exatamente a mesma coisa: começa a construir a casa pelo telhado.

Por causa do tema? Não!

O tema é absolutamente urgente.

Discutir o modelo de transportes marítimos de passageiros e de viaturas no triângulo é absolutamente urgente.

O que não é urgente decidir neste momento é a recomendação que consta deste Projeto de Resolução. Porquê?

Porque nós ainda não conhecemos nem o Plano Integrado de Transportes, nem as novas obrigações de serviço público.

Portanto, utilizando uma expressão cara ao Sr. Secretário Regional da Educação, esta é uma recomendação extemporânea, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cautelar! Neste caso é cautelar!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prematura!

A Oradora: Extemporânea, porque começa a casa pelo telhado e tira uma conclusão de que se calhar daqui a algum tempo vamo-nos arrepender daquela conclusão e recomendação final que aqui está.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oxalá!

A Oradora: Vamo-nos arrepender, porque se calhar podemos e devemos ser mais ambiciosos.

Portanto, o tema é urgente; a recomendação, falando em cautelar, tenhamos cautela nela e paciência para aguardar um bocadinho.

Portanto, o Bloco de Esquerda votará contra a urgência.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os empresários do turismo também vão ter paciência!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então proceder à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vou então passar a ler a proposta ...

Sr. Deputado Jorge Macedo, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficou claro na votação e no debate sobre a urgência quais são as posições do Partido Socialista e do Partido Comunista.

Foi afirmado aqui, ou foi dito aqui, que as obrigações de serviço público estarão concluídas no primeiro trimestre de 2014 (primeiro trimestre: janeiro, fevereiro e março). Fim do primeiro trimestre de 2014, estamos a falar no fim de março.

Deputado André Bradford (PS): Estamos a meio!

O Orador: Em qualquer parte do mundo ninguém planeia as suas acessibilidades, do ponto de vista turístico, no final de março. Daí a urgência, de uma maneira cautelar, face às notícias que foram publicadas, face ao silêncio do Governo ...

Deputado Francisco César (PS): Não pode falar!

O Orador: ... e da empresa relativamente à supressão de ligações marítimas no triângulo. Face a essas dúvidas o PSD, de uma maneira cautelar, disse, afirmou com este Projeto de Resolução, que quer manter o mesmo número de ligações.

As questões de semântica do “pelo menos”...

Evidentemente se houver maior procura a empresa terá que ter maior oferta, mas, Sras. e Srs. Deputados, o que estava aqui em causa (e o silêncio do tal não assunto afirmado pelo Partido Socialista)...

O Orador: ... era a supressão das ligações marítimas inter ilhas.

Deputado Francisco César (PS): Não pode falar! Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Pode fazer uma declaração de voto.

Essa foi a questão que foi aqui evidenciada por V. Exa., Sr. Deputado Francisco César.

A nossa votação tem a ver com a urgência daquilo que se mete pelos olhos dentro de todos os açorianos e de todos os empresários do setor turístico: é urgente garantir as acessibilidades e a mobilidade dos açorianos inter ilhas e a acessibilidade e a mobilidade daqueles que nos querem visitar no triângulo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou passar então a ler a Proposta de Deliberação final.

Sr. Deputado Francisco César, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou no sentido da não urgência desta Proposta de Resolução por considerar que deve haver uma reflexão apurada e informada sobre o tipo de modelo que devemos ter em termos de transporte marítimo inter ilhas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Nesta fase os senhores ainda querem refletir?

O Orador: Essa discussão deve ser feita em sede de comissão, com o contributo de todos os partidos políticos e também do Governo e com a presença dos documentos fundamentais para nós percebermos qual é a estratégia do Governo. Aí sim, com uma estratégia informada, poderemos dar a nossa posição sobre qual deverá ser a frequência dos transportes marítimos inter ilhas, como também opinar sobre todas as matérias que têm a ver exatamente com o serviço prestado por esse transporte inter ilhas.

Por isso, o Partido Socialista votou contra, digamos, este programa cautelar, porque não temos necessidade do programa cautelar que o PSD propõe, em termos da sua urgência, para o transporte marítimo de passageiros.

Deputado Luís Garcia (PSD): Oxalá, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor votou contra a urgência, não foi contra isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais declarações de voto.

Sendo assim vou então colocar à votação a Proposta de Deliberação final: **a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada a todos.

Um bom regresso a casa.

(Eram 16 horas e 17 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges **Almeida**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Documentos entrados

1 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Proposta de substituição ao Projeto de Decreto Legislativo Regional – “Cria o regime de integração excecional dos docentes contratados nos quadros da RAA, através de um por concurso externo extraordinário em 2014”](#)

Autor: BE

Data de entrada: 2013-02-13

2 – Diários:

Consideram-se aprovados na presente Sessão Legislativa os Diários n.ºs 47, 48 e 49.

A redatora, Ana Sofia Machado